

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2026 DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA-PB

Aos quinze do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e seis minutos, reuniram-se na sede do Instituto de Assistência e Previdência Municipal de Guarabira – IAPM, localizada à Rua Juscelino Kubitschek, nº 620, bairro Juá, nesta cidade de Guarabira, Estado da Paraíba, os membros do Conselho Previdenciário do Município de Guarabira, com a finalidade de realizar a primeira reunião extraordinária do exercício de 2026. A reunião foi conduzida sob a presidência da Sra. Rosângela Maria Barbosa de Melo, que declarou abertos os trabalhos e apresentou as pautas a serem deliberadas, todas de caráter urgente. Inicialmente, foi apresentado e discutido a pauta de apresentação e aprovação da Política de Investimento 2026, conforme a nova resolução CMN nº 5.272/2025, trazendo foco em segurança, gestão de riscos, sustentabilidade (ESG), governança reforçada e transparência, como também a implementação do estudo de ALM com a empresa LEMA e a mudança para uma nova consultoria atuarial. Foi dado a palavra a Gil Pereira, consultor de investimento, da Lema, pelo qual falou iniciando da recentíssima mudança da legislação que dispõe sobre os impactos no instituto. O problema maior destacado foi por não possuir o pró gestão em nenhum dos níveis, o maior impacto da ausência é que não pode manter a atual estrutura de investimento, sendo necessária a realocação de recursos. Com base nisso, foi orientado que não pode fazer novas aplicações em segmentos nos quais foram vetados na resolução CMN nº 5.272/2025. Perpassado o prazo para adequação no prazo do pró-gestão o instituto estará automaticamente desenquadrado. O conselheiro Jackson pediu palavra e fez questionamentos sobre o prazo para readequação, Gil respondeu que o prazo é até o final do ano. Em seguida a Presidente Rosângela perguntou sobre os fundos de resgates automáticos, foi respondido que estes não são permitidos com base na nova legislação, sendo necessário retirar o recurso destes fundos de resgates automático. Severino perguntou se há alguma possibilidade da resolução mudar em decorrência da pressão dos bancos, foi respondido a este que ainda está em deliberação. Em seguida Gil reforçou o problema de limitações nas possibilidades de investimentos, Rosângela perguntou se no pró gestão nível II há a possibilidade de uma carteira bater meta atuarial, foi respondido por gil que é uma possibilidade de bater meta atuarial a partir do pró-gestão nível II. Quando for aprovado o pró-gestão será elaborada nova política de investimento, quando aprovado o pró-gestão haverá mudança na política de investimento. Sobre o estudo da ALM e a necessidade da avaliação atuarial foi visto a necessidade e o conselho reforçou a aprovação. Com base nisso, todo conselho aprovou por unanimidade a política de investimento, como também a implementação do estudo de ALM. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos os conselheiros e declarou encerrada a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Para constar, eu, Severino Pontes Cardoso, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será devidamente assinada por mim, pela presidente e pelos demais membros presentes.



Rosângela Maria Barbosa de Melo

Rosângela Maria Barbosa de Melo

CP RPPS DIRIG I

Presidente do Conselho

Jackson Miguel de Souza

Jackson Miguel de Souza

CP RPPS DIRIG I

Representante dos Servidores Ativos – Titular I

Severino Pontes Cardoso

Severino Pontes Cardoso

CP RPPS CODEL I

Representante dos Servidores Ativos – Titular II

Fábia Henrique da Cunha

Fábia Henrique da Cunha

Representante dos Inativos e Pensionistas

Luciano Sousa de Almeida

Luciano Sousa de Almeida

CP RPPS CODEL I

Representante do Sindicato dos Servidores Municipais